



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000115-28.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional de Fronteira**
 Requerente: **Ana Lucia Carboni de Faria e outros**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do disposto no artigo 27 da Lei 12.153/2009 cc 38 da Lei nº 9.099/95.

Fundamento e decido.

Trata-se de ação objetivando a incorporação do Adicional de Local de Exercício/*ALE* no *salário base* (vencimento padrão), no percentual de 100%, para todos os fins legais, com reflexos nas demais verbas pertinentes e o recebimento das diferenças, devidamente atualizadas.

O pedido não comporta acolhida.

Com a edição, porém, da Lei Complementar nº 1197/13, ocorrida em 01 de março de 2013, foi extinto o Adicional de local de exercício – *ALE* como rubrica autônoma, o qual passou a incorporar os vencimentos dos policiais, notadamente o *salário* padrão e o *RETP*, na proporção de 50% para cada, passando, destarte, a ser computado na *base* de cálculo do adicional temporal do servidor.

Em vista dos questionamentos, a Turma de *Uniformização* do Sistema dos Juizados Especiais deste Estado, no processo 0000050-90.2015.8.26.9058 fixou a tese de que "nos termos da Lei Complementar Estadual nº 1197/2013, o Adicional de Local de Exercício-*ALE* incorpora os vencimentos dos integrantes das carreiras da Polícia Militar, devendo ser observada a proporção de 50% no acréscimo decorrente do Regime Especial de Trabalho (*RETP*).

A questão também já foi objeto de julgamento na sistemática de recursos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

repetitivos pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, no IRDR 2151535-83.2016.8.26.0000 (Tema 5), tendo-se estabelecido que a incorporação deve seguir o previsto na LC 1193/13: “*INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS IRDR. ALE*. Pretensão de incorporação de 100% sobre o *salário base* LC nº 1.197/2013. Tese firmada - Gratificação que se incorpora aos vencimentos, cujo conceito abrange o próprio *salário-base* e as demais vantagens pessoais percebidas - 50% do valor do Adicional Local de Exercício incorporado ao *salário base*, e os outros 50% absorvidos pelo Regime Especial de Trabalho Policial. Aplicação ao caso concreto: Sentença de improcedência mantida. Recurso desprovido” (Rel. Des. Moreira de Carvalho, julgamento: 30.6.2017).

No mesmo sentido, o pronunciamento dos Colégios Recursais deste Estado:

EMENTA: *ALE* (Adicional de Local de Exercício). Pretendida incorporação de 100% no *salário-base* padrão. Impossibilidade. Incorporação que deve seguir o determinado na Lei. Matéria já decidida em IRDR (Tema 5). Recurso provido para julgar improcedente o pedido. (Recurso Inominado nº 1006676-51.2017.8.26.0292 - Comarca de Jacareí - Turma Recursal da Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo da Comarca de São José dos Campos - data do julgamento: 9 de janeiro de 2018 - Relator: Silvio José Pinheiro dos Santos) Recurso Inominado – *ALE* – Incorporação de 100% no *salário base* – Lei Complementar Estadual nº 1.197/2013 que determinou a absorção do *ALE* aos vencimentos e não ao *salário* padrão – Pagamento feito corretamente – Inexistência de redução no valor dos vencimentos – Questão já pacificada pelo E. TJSP no julgamento do *Incidente* de Resolução de Demandas Repetitivas nº 2151535-83.2016.8.26.0000 e pela Turma *Uniformização* dos Juizados Especiais do Estado de São Paulo no Processo nº: 0000132-26.2015.8.26.9025 – Sentença reformada – Recurso provido. (Recurso Inominado nº 1000131-58.2014.8.26.0198 - Terceira Turma Cível e Criminal do Colégio Recursal de Jundiaí – Data do julgamento: 16 de março de 2018 – Relator: Carlos Agostinho Tagliari).

Assim, nos termos da jurisprudência acima colacionada, não há como determinar a incorporação do *ALE*, em seu grau máximo, ao *salário-base* do (s) Servidor (es).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Custas e honorários indevidos na forma dos artigos 27 da Lei nº 12.153/09 e 55 da Lei nº 9.099/95.

P I

São Carlos, 18 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**